

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Aneel proíbe Furnas de participar de leilões.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Venda de distribuidora deverá enfrentar obstáculo.....	3
Título: É preciso abandonar equivocados sonhos de grandeza.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Recessão mundial à vista?	6
Título: Arrecadação perde fôlego com greve	7
Título: Furnas é punida por atrasar e desistir de obra.....	9
Título: Vale é 1ª empresa a recuperar grau de investimento das três agências de risco	10
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Governo marca leilão inédito de jazidas.....	11
Título: Secretário quer sanar pendências da infraestrutura este ano.....	13
Título: Usinas vão reajustar aço em até 12,5%	16
Título: Destaques.....	17
Título: Cemig avalia 'plano B' para venda da Light.....	18
Título: Neoenergia ainda estuda se participa de leilão da Cepisa	20
Título: Braskem aposta em startups e se torna um "diente-anjo"	21
Título: Em caso envolvendo Vale, Elétron tem decisão favorável	23
Título: Petrobras emite menos e derruba captações na AL.....	24

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura, Roberta Scrivano E Ramona Ordoñez****Título: Aneel proíbe Furnas de participar de leilões**

Medida é uma punição por atrasos na entrega de usinas eólicas

-BRASÍLIA E SÃO PAULO- A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu ontem proibir Furnas, maior empresa do grupo Eletrobras, de participar de leilões de geração e transmissão de energia por um ano. A medida é uma punição por atrasos na entrega de uma série de usinas eólicas. A decisão da Aneel foi tomada em um processo em que Furnas pedia para revogar a autorização para construção e operação de um parque de 11 usinas eólicas no Rio Grande do Norte.

A agência revogou a autorização e aplicou uma multa de cerca de R\$ 9 milhões pela não entrega dos empreendimentos, o que equivale a 1% do investimento previsto. As usinas foram licitadas em 2013, e a entrega deveria ter ocorrido em 1º de maio deste ano. Em nota, Furnas informou que vai recorrer da decisão "por entender que o atraso dos parques se deu por fatores alheios à sua vontade, como a falência da Impsa, empresa fornecedora dos aerogeradores".

Além disso, segundo a companhia, "a não entrada em operação desses empreendimentos não vai causar prejuízos nem para o setor nem para o consumidor". Segundo a Aneel, Furnas tem um histórico de atrasos em obras. Nos últimos dez anos, de acordo com o órgão, a empresa deveria ter colocado 56 usinas em operação. No entanto, 23,2% delas começaram a funcionar efetivamente. Outras 67,9% foram revogadas ou estão em processo de revogação; e 8,9% estão com o cronograma de obras atrasado.

— Claro que, com toda uma tradição no setor elétrico, o grupo Eletrobras é bem-vindo e faz falta em um processo licitatório. Mas, infelizmente, o passado não credencia para o futuro — afirmou o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino. Ele adicionou que, principalmente no setor de transmissão de energia, existe uma concentração "absurda" de atrasos em projetos liderados pela Eletrobras e suas subsidiárias, como Furnas, Chesf, Eletrosul e Eletronorte.

EMPRESA SUÍÇA DE OLHO EM VIRACOPOS

Em outro segmento de infraestrutura, a empresa suíça Zurich Airport, que detém a concessão dos aeroportos de Florianópolis (SC) e de Confins (MG), continua negociando a compra do aeroporto de Viracopos, em Campinas. Mas, caso não haja uma definição se o grupo "será parte da solução para o terminal"

até o fim do ano, a companhia desistirá do negócio, disse o presidente executivo da Zurich, Stefan Conrad, ontem, em São Paulo.

Na próxima sexta-feira, Viracopos vai apresentar seu plano de recuperação judicial e, segundo fontes, nada impede que a venda da concessão para o grupo suíço faça parte do projeto. A Concessionária Viracopos é formada por UTC Participações S.A., Triunfo Participações e Investimentos S.A. e a francesa Egis Airport Operation, que detêm 51%. A Infraero tem 49%. A concessionária não quis comentar o interesse da empresa suíça.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Venda de distribuidora deverá enfrentar obstáculo

Mercado Aberto

O leilão previsto para esta quinta (26) da Cepisa, primeira das seis distribuidoras das quais a Eletrobras pretende se desfazer, deverá enfrentar obstáculos judiciais.

A Justiça, no entanto, já analisou o tema e provavelmente manterá a venda, diz Romeu Rufino, diretor-geral da Aneel (agência de energia elétrica). As distribuidoras, hoje, não têm as concessões, mas contratos precários com o órgão.

A vencedora de quinta-feira será aquela que der o maior desconto tarifário ao consumidor do Piauí. Ela vai levar o controle acionário da Cepisa e também a concessão.

Há um projeto de lei do Senado que vai definir como será resolvida a dívida das outras cinco distribuidoras. No fim de agosto, serão leiloadas.

A separação das vendas em duas datas é ruim, diz Rufino. "Elas prestam serviço de forma precária e recebem recurso de fundo setorial por estarem desequilibradas. Quanto antes estancar, melhor."

Um dos argumentos dos que são contrários à venda, como o sindicato de eletricitários, é que haverá reajustes, e esses são estados pobres do país.

"Não é verdade que essas tarifas sejam baixas hoje. São altas e o serviço é ruim por problemas de gestão. A regulação do setor é intensa e não vislumbro esse problema [de preços caros] caso a concessão seja da iniciativa privada."

Não deverá haver rediscussão de contrato no futuro, como acontece com estradas e aeroportos, segundo Rufino.

"Distribuição tem os equilíbrios de contratos checados periodicamente, com revisão de tarifa com cláusulas exaustivas. Todos os potenciais compradores têm tradição e conhecem o mercado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Tendencias/Debates

Autor: José Goldemberg

Título: É preciso abandonar equivocados sonhos de grandeza

Energia nuclear: a razão volta a imperar?

Ex-reitor da USP (1986-1990), ex-secretário de Ciência e Tecnologia da Presidência da República (1990-1991, governo Collor) e ex-ministro da Educação (1991-1992, governo Collor)

A nova política nuclear parece ser uma volta à razão numa área que há muito anda à deriva. Em artigo nesta Folha (22/7), o general Sergio Etchegoyen reconhece que o que se propõe é "romper o imobilismo que por décadas travou o nosso programa nuclear". Esse imobilismo tem causas bem definidas, e é útil rememorar-las para evitar repeti-las.

Energia nuclear pode gerar eletricidade, produtos radioativos para fins médicos e industriais ou armas. Desde que as atividades nucleares se iniciaram no Brasil, há quase 70 anos, seus objetivos foram mal definidos e contaminados por uma retórica nacionalista retrógrada, como se o domínio da energia nuclear fosse só uma questão de soberania nacional e monopólio do governo.

Um nacionalismo esclarecido teria adotado desde o início um caminho racional para desenvolver o uso pacífico de energia nuclear, dominando gradativamente a tecnologia, construindo reatores com nossos cientistas, engenheiros e a indústria nacional, que se capacitaria no processo.

A Argentina seguiu esse caminho e produz excelentes reatores nucleares de pequeno porte exportados para vários países.

O Brasil não fez isso. Em 1967, importou Angra 1 para produzir eletricidade com as "chaves nas mãos", cujo combustível (urânio enriquecido) tinha que ser importado. Para evitar proliferação de armas nucleares, essa importação implicava aceitar restrições ao seu uso. Mais ainda, em 1975, o governo militar

embarcou num enorme programa para instalar oito grandes reatores nucleares no país até 1990.

O pacote original negociado com a Alemanha incluía enriquecimento de urânio e até reprocessamento de plutônio produzido nos reatores. Era evidente que isso abria o caminho para a produção de armas nucleares, como o próprio general Geisel reconheceu em 1974.

Pior ainda, a ênfase dada à produção de eletricidade com reatores nucleares colidia com a estratégia de instalar usinas hidroelétricas, entre as quais, Itaipu. Quem resolveu o problema da soberania na área nuclear foram cientistas da USP que trabalhavam no Ipen (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares) e no IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), com o apoio da Marinha brasileira.

À medida que o grandioso programa nuclear do governo Geisel se mostrou inviável devido a seu gigantismo, cientistas como Fausto Lima, Alcídio Abrão e Ivo Jordão purificaram minério de urânio e o colocavam em condições de ser enriquecido em centrífugas construídas com base em modelos que o almirante Álvaro Alberto havia obtido da Alemanha 40 anos antes.

O passo seguinte é a construção de um reator para a produção de radioisótopos para garantir autonomia nesse setor, em que às vezes a importação é problemática por motivos técnicos, como a perda de radioatividade que ocorre no percurso.

As necessidades de urânio enriquecido do país são pequenas, e as instalações atuais em Resende (RJ) garantem nossas necessidades.

A capacitação técnica e industrial obtida será a base concreta sobre a qual se poderão basear outros avanços.

Como Etchegoyen deixa claro em seu artigo, a proposta apresentada à Presidência "não avança em questões como a eventual construção de novas usinas nucleares (para a produção de eletricidade), tema que deverá ser discutido nas instâncias apropriadas".

O documento não diz quais são essas instâncias, mas é evidente que elas deverão considerar os aspectos econômicos do problema e comparar com outras opções para produção de eletricidade.

A volta à razão significa abandonar os equivocados sonhos de grandeza na área nuclear e até de construir armas nucleares, como se projetou no governo Lula.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Colunas**Autor:** Fabio Alves**Título:** Recessão mundial à vista?

Um artigo do economista Tom Wise no blog do Bank of England, o banco central inglês, foi um dos mais citados entre investidores e analistas na semana passada: o quanto os preços dos metais são um termômetro mais preciso do que a maioria dos indicadores antecedentes – como as pesquisas de sentimento de consumidores e empresários – para prever o desempenho da economia mundial no curto prazo. No artigo, Wise apresentou números mostrando o quão próximo o consumo de metais segue de perto as variações do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Também mostrou uma elevada correlação entre os preços desses metais (tomando como base o índice S&P GSCI metais industriais) e a oscilação do PIB e do volume de comércio mundial.

As commodities agrícolas, o petróleo e os metais representam 25% das exportações no mundo. No ano passado, quando as cotações dos metais dispararam mais de 30%, o PIB mundial cresceu 3,7%, no ritmo mais acelerado desde 2011. O burburinho sobre o artigo se deu porque, justamente na semana passada, os preços de vários metais industriais, como cobre e zinco, entraram ou estão próximos do chamado "bear market", jargão em inglês para quando as cotações caem mais de 20% em relação ao seu último pico de preço.

Diante de tamanha correção atual dos preços dos metais, o quão provável pode esse termômetro apontar para uma inevitável recessão da economia mundial neste ano ou no próximo? Na semana passada, a cotação do zinco chegou a cair para US\$ 2.473 a tonelada, 31% abaixo da máxima do ano, atingida em fevereiro. Também na semana passada, o cobre caiu abaixo de US\$ 6.000 a tonelada, acumulando uma queda de quase 19% ante o pico de US\$ 7.348 no início de junho, antes da escalada das tensões comerciais entre Estados Unidos e seus principais parceiros, como China e União Europeia.

Desde esse pico, entraram em vigor as tarifas pelos EUA de 25% sobre US\$ 34 bilhões em produtos da China, com os chineses retaliando os americanos na mesma magnitude. Os EUA já detalharam a taxa de 10% sobre 6.031 produtos chineses que representam compras anuais de US\$ 200 bilhões. Isso sem falar que os americanos já taxaram as importações de aço e alumínio de vários parceiros, entre eles a China e a UE. Além dos temores de um impacto negativo ao crescimento do PIB mundial com uma guerra comercial, os preços dos metais sofreram uma forte correção em razão do movimento de alta global do dólar desde que o Federal Reserve (Fed) indicou que subirá os juros americanos a um ritmo mais forte do que o mercado vinha precificando.

Apesar de as cotações das commodities serem em dólar, a maior parte do consumo e da produção das matérias-primas ocorrem em países que usam outras moedas. Assim, é comum o dólar subir e os preços das commodities caírem – e vice-versa. Quanto mais os preços dos metais podem cair? Para Daniel Ghali, estrategista de commodities da TD Securities, o movimento de correção nos preços dos metais está perto do fim. "Algumas razões apontam para isso: os melhores dias em termos de fortalecimento no valor do dólar ficaram para trás e um enfraquecimento do dólar tradicionalmente dá um impulso aos preços das matérias-primas", diz Ghali.

"Além disso, espero que a China comece a adotar uma política de maior estímulo para sua economia, o que é importante para a recuperação nos preços dos metais, pois os chineses representam cerca de 50% do consumo global das commodities." Também na opinião de Georgette Boele, estrategista-chefe de câmbio e de metais preciosos do banco ABN Amro, a forte correção nos preços dos metais está próxima de acabar. No curto prazo, alerta ela, ainda vão pesar sobre esses preços fatores como o dólar mais forte, a alta de juros americanos pelo Fed, fatores técnicos envolvendo a oferta e a demanda dessas matérias-primas e a continuidade da tensão comercial entre Estados Unidos e seus parceiros. Por enquanto, essa queda forte nos preços dos metais reflete apenas mais os temores do que pode vir – como uma guerra comercial ou uma elevação mais forte dos juros pelo Fed – do que propriamente uma perda de fôlego da economia mundial apontando uma recessão.

COLUNISTA DO BROADCAST

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Título: Arrecadação perde fôlego com greve

Alta de 2% em junho foi menor que a de maio, de 5,7%, e reflete perdas com o IPI; sem royalties do petróleo e Refis resultado seria pior

Dois meses após caminhoneiros paralisarem o transporte de cargas em todo o País, a greve continua trazendo notícias ruins para a economia. O movimento impactou a produção e o faturamento das indústrias e, em consequência, levou a arrecadação de tributos e contribuições federais no mês de junho a ter uma alta bem mais contida – aumento real de 2% ante os 5,7% registrados em maio. No mês passado, o governo federal arrecadou R\$ 110,8 bilhões. Nos primeiro semestre, o montante chegou a R\$ 725,4 bilhões, já corrigidos pelo IPCA, com alta real de 6,9%, abaixo do patamar visto nos meses anteriores – de janeiro a maio foi de 7,8% e de janeiro a abril, de 8,3%.

Não fossem royalties e receitas não recorrentes, como as de programas como o Refis, a arrecadação teria caído 0,5% no mês passado. Em junho, as receitas não administradas pelo Fisco, compostas principalmente por royalties de petróleo, cresceram 46,7%, somando R\$ 2,7 bilhões. A alta se deu pelo aumento no preço do petróleo e pela desvalorização do real.

O impacto da paralisação foi sentido principalmente na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que caiu 14,3% em junho. "A greve dos caminhoneiros afetou duramente a atividade industrial e também houve impacto nas vendas de bens. Grande parte dos tributos recolhidos em junho tem seus fatos geradores em maio", explicou o chefe de Estudos Tributários da Receita Federal, Claudemir Malaquias.

A paralisação e a expectativa de uma atividade econômica mais lenta em 2018 também contribuíram para desacelerar o recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas. O pagamento por estimativa mensal (modalidade das empresas com maior faturamento) cresceu 12%, mas havia subido o dobro o mês anterior.

"Ainda veremos parte dos efeitos da greve dos caminhoneiros na arrecadação de outros meses, mas é possível que parte desse impacto seja recuperada até o fim do ano, a depender do desempenho das empresas. Cada setor vai se recuperar em um ritmo diferente", completou Malaquias.

Rendimentos. Além da influência da greve, em junho as receitas com o Imposto de Renda Pessoa Física sobre rendimentos de capital caíram 27,9% devido à redução na taxa de juros no último ano, que reduziu o lucro dos investidores.

No primeiro semestre, o recolhimento desse tributo caiu 16,4%. O recolhimento de PIS/Cofins, que incide sobre o faturamento das empresas, subiu 12,6%, enquanto o do IRPJ/CSLL cresceu 5,3%. Para o economista-chefe da Infinity Asset Management, Jason Vieira, o resultado da arrecadação do mês passado foi bom, mesmo com a greve. "Já temos visto alguns indicadores de julho com resultados mais favoráveis", disse.

O economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, acha que a desaceleração na arrecadação e a piora em outros indicadores trazem risco para o cumprimento da meta fiscal deste ano, que admite déficit de R\$ 161,3 bilhões. "Os sinais são preocupantes. A cada indicador, vemos piora das condições." / COLABOROU MARIA REGINA SILVA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth / BRASÍLIA****Título: Furnas é punida por atrasar e desistir de obra**

Aneel proíbe estatal de participar de leilões de geração e transmissão por 1 ano depois de desistência de eólicas

Depois de ter atrasado e desistido da construção de um complexo de usinas eólicas, Furnas não poderá participar de nenhum leilão de geração e transmissão de energia por um ano. A penalidade foi aplicada ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Subsidiária da Eletrobrás, Furnas informou que vai recorrer da decisão.

Relator do processo, o diretor Tiago de Barros Correia disse que a punição representava a defesa do interesse público e afirmou que Furnas precisava de um "freio de arrumação". Nos últimos dez anos, a empresa deveria ter entregue 56 usinas, das quais apenas 23,2% entraram em operação. Do total, 67,9% foram revogadas ou estão em processo de revogação e 8,9% estavam com o cronograma de obras atrasado.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, reconheceu que Furnas é uma empresa que tem tradição. "Mas infelizmente o passado não a credencia para o futuro", afirmou. Ele destacou ainda que, no último leilão de transmissão, não houve participação de estatais, mas ainda assim houve presença de outros agentes e competição intensa. "É importante a participação de Furnas, mas tem de honrar o contratado. Não há como aceitar como excludente de responsabilidade a relação entre o agente e seu fornecedor."

Furnas venceu a disputa por 11 usinas eólicas num leilão em 2013. As usinas foram arrematadas por consórcios liderados pela subsidiária da Eletrobrás, que detinha 90% de participação, e compostos por outras empresas com participação minoritária, como Eólica Energia, Ventos Tecnologia e Gestamp. A entrega das usinas deveria ter ocorrido em 1.º de maio deste ano. Mas Furnas desistiu dos projetos após a falência de um fornecedor de parques eólicos, com o argumento de que não seria possível cumprir os prazos sem o material da empresa.

Em 2017, as empresas solicitaram a revogação dessas outorgas e negociaram o fim dos contratos de energia firmados com as distribuidoras de energia dentro do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova (MCSD). O objetivo da companhia era impedir a execução da garantia de fiel cumprimento e se livrar de multas. A Aneel, porém, destacou que a situação atenuava as

penalidades, mas não impedia sua aplicação, uma vez que o edital da disputa previa punição caso as usinas não fossem entregues.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Guimarães

Título: Vale é 1ª empresa a recuperar grau de investimento das três agências de risco

Confiança. Distinção veio na segunda-feira, quando mineradora recuperou recomendação da Moody's, que tinha perdido havia dois anos; redução do endividamento e mudanças na organização da companhia levaram a alta de cerca de 80% nas ações da Vale em 12 meses

Menos de três anos depois da tragédia da Samarco, em Mariana (MG), e da pressão de queda dos preços internacionais do minério de ferro, a mineradora Vale voltou a ter grau de investimento pelas três grandes agências de classificação de risco. A companhia é a primeira empresa nacional a obter os três selos – das agências Standard & Poor's, Fitch e Moody's – depois de o Brasil ter perdido o grau de investimento e da piora da crise no País. Enquanto a reconquista do selo de bom pagador pelo Brasil ainda não está no radar, a Vale recuperou a distinção da "trinca" de agências de classificação de risco na segunda-feira, após a Moody's ter elevado a avaliação da empresa.

Entre as vantagens da obtenção do grau de investimento está a captação de recursos a taxas de juros mais baixas. A avaliação da Vale mudou pouco mais de um ano depois da chegada de Fabio Schvartsman, executivo escolhido para presidir a companhia e torná-la mais previsível aos olhos do mercado financeiro. A confiança renovada na empresa é percebida nas ações da companhia. No acumulado dos últimos 12 meses a ação da mineradora registra alta de quase 80%. Neste ano, a valorização chega perto de 30%. Ontem, os papéis ordinários da Vale subiram 3,45%, para R\$ 51,31.

Perfil financeiro. A Moody's, que havia retirado o grau de investimento da Vale no início de 2016, justificou, ao devolver a avaliação, que a empresa modificou o perfil de produção e conseguiu reduzir dívida. "A conclusão do projeto S11D possibilitou um aumento substancial na produção de baixo custo, enquanto o aumento do foco na mistura de minério de ferro de melhor qualidade e maiores prêmios deram suporte à lucratividade", disse a agência, em comunicado.

Desde a chegada de Schvartsman à Vale, a companhia ampliou a meta de redução de endividamento, caminho que já vinha sendo trilhado na gestão anterior, de Murilo Ferreira. Ao fim do primeiro trimestre, a dívida líquida da Vale somava US\$ 14,9 bilhões, uma redução de 35% desde março de 2017. A

intenção é encerrar o ano com endividamento líquido de US\$ 10 bilhões. A redução da dívida foi auxiliada por vendas de ativos. Agora, o movimento seguirá adiante com geração de caixa, segundo a companhia.

A decisão da Moody's levou também em conta o acordo assinado mês passado entre Vale, a BHP Billiton (sua sócia na Samarco) e as autoridades brasileiras para diminuir os danos causados pelo rompimento da barragem, que incluíram não apenas impactos ambientais, mas resultaram também resultaram na morte de 19 pessoas. No fim de 2017, outro movimento garantiu à companhia maior visibilidade do mercado: a migração das ações ao Novo Mercado, segmento de mais elevadas práticas de governança corporativa da B3.

No fim do ano passado, o diretor executivo de finanças e relações com investidores da Vale, Luciano Siani, havia dito que a recuperação do grau de investimento era uma meta da companhia. Com esse selo, a tendência é de custos mais baixos para captação de recursos. O BTG Pactual, em relatório ao mercado, reiterou sua recomendação de compra para a ação da Vale, a despeito do bom desempenho recente do papel.

O banco de investimento destaca o prêmio de qualidade do minério de ferro da companhia, além de um bom momento da empresa para ganhos, assim como sua maior previsibilidade de gestão. "Com uma impressionante alocação de capital e com um jogo claro para os próximos anos, acreditamos que a história de ação foi materialmente arriscada", diz o BTG.

Balanço. A Vale divulga hoje seu resultado referente ao segundo trimestre. Com um impulso do prêmio de qualidade de seu minério de ferro, a Vale deverá apresentar um desempenho financeiro robusto no período. A geração de caixa medida pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado deverá crescer 43% na relação anual para US\$ 3,9 bilhões, conforme a média das projeções de cinco instituições financeiras consultadas pelo Prévias Broadcast (BB-BI, BTG Pactual, Itaú BBA, Morgan Stanley e Safra).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Governo marca leilão inédito de jazidas

O governo deve publicar, até sexta-feira, a versão preliminar do edital para um leilão inédito de duas grandes áreas de mineração. Uma concentra reservas de carvão em mais de 20 hectares no município de Candiota (RS). Outra reúne jazidas com presença de zinco, chumbo e cobre em um polígono de 5,5 hectares

em Palmeirópolis (TO). Existem indícios de que ouro, prata e cádmio também podem ser explorados.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), rebatizada como Serviço Geológico do Brasil, ficará responsável pela licitação e vai abrir consulta pública por quase 30 dias para receber sugestões de aperfeiçoamento do edital. O calendário desenhado em conjunto com o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) prevê que o leilão seja realizado entre os dias 13 e 17 de dezembro. Antes, será necessário obter sinal verde do Tribunal de Contas da União (TCU).

O leilão marcará a estreia do modelo em que o governo, por meio da CPRM, oferece ao mercado o direito de exploração de áreas das quais possui título minerário e conhecimento geológico. Haverá cobrança de um bônus fixo de assinatura no valor total de R\$ 3,4 milhões. Vencerá quem se comprometer com a maior porcentagem de royalties sobre a produção das jazidas. Os contratos terão durações distintas, mas ambos poderão ser renovados sucessivamente até o esgotamento das reservas.

No caso de Candiota, a vigência é de 25 anos. A área foi dividida em quatro lotes separadamente. O bônus total está fixado em R\$ 3,13 milhões e a alíquota mínima para pagamento de royalties é de 4%. Para a área em Palmeirópolis, em lote único, a minuta de edital prevê bônus de R\$ 300 mil e pelo menos 2% de royalties. À cobrança de royalties, que serão destinados para a CPRM, soma-se ainda o recolhimento da Compensação Financeira sobre Exploração Mineral (Cfem) - encargo repartido entre municípios, Estados e União.

O que se vai leiloar, formalmente, é a "promessa de cessão" dos direitos minerários. Nos dois contratos, a partir da assinatura do contrato, o vencedor terá um prazo de 18 meses para investir recursos próprios em pesquisa complementar das jazidas. Se tiver identificado potencial de exploração e decidir levar a pesquisa adiante, ele paga um "prêmio de oportunidade". Abre-se, então, novo prazo de 18 meses para a conclusão do trabalho ou para a devolução do ativo. Mais um pagamento deverá ser feito caso o empreendedor resolva seguir em frente. O valor acumulado dos prêmios chega a R\$ 11,4 milhões.

A promessa de cessão transforma-se efetivamente em transferência definitiva de titularidade das áreas apenas ao final de todo esse processo, quando se entrega um relatório final de pesquisa à Agência Nacional de Mineração (ANM) e um plano de beneficiamento dos minérios. É quando se inicia também a busca pelo licenciamento ambiental das jazidas.

As áreas que vão ser leiloadas agora fazem parte de um extenso banco de pesquisas feitas pela CPRM principalmente nas décadas de 1970 e 1980. A estatal detém hoje em torno de 370 títulos minerários, com maior ou menor riqueza de conhecimento geológico. Desde o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, havia a intenção de colocar essas áreas em oferta para o mercado, mas esses planos nunca avançaram, em meio às discussões sobre um novo marco regulatório do setor.

Em setembro de 2016, já na gestão Michel Temer, quatro grandes áreas minerais foram incorporadas ao PPI. Mas a contratação de uma empresa independente para fazer estudos técnicos e valorar os depósitos demorou. Os próprios estudos precisaram de refinamento. Com isso, o edital sai com mais de um ano de atraso. Além das duas reservas que vão ser licitadas em dezembro, uma área de cobre em Bom Jardim (GO) e outra de fosfato em Miriri (PE-PB) haviam sido apontadas como prioridades.

O geólogo Márcio Remédio, coordenador dos procedimentos licitatórios na CPRM, explica que a ideia é continuar oferecendo ao mercado reservas a partir do ano que vem. Depósitos de ouro, diamante e caulim também estão na lista de áreas potencialmente viáveis. "Independentemente do sucesso deste primeiro leilão, vamos dar continuidade ao processo."

O cronograma da licitação prevê a assinatura dos contratos em junho de 2019. Na avaliação do geólogo, a reserva em Palmeirópolis tende a despertar mais interesse dos investidores porque o leque de empresas atuando com esse conjunto de metais é maior no Brasil. Para os lotes de Candiota, ele avalia que o número de atores é menor, mas está otimista com o leilão.

A exploração de carvão no Rio Grande do Sul atende especialmente à demanda das usinas térmicas instaladas na região, em setor (energia elétrica) que depende de contratos de fornecimento para compra de insumo. Além disso, só poderão entrar grupos ou empresas com pelo menos 51% de capital nacional, já que se trata de área a menos de 100 quilômetros da fronteira. Nesse caso, a participação de estrangeiros como majoritários é vetada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Secretário quer sanar pendências da infraestrutura este ano

O governo pretende acatar integralmente os ajustes determinados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no edital da Ferrovia Norte-Sul e busca acelerar

trâmites para que o leilão de 13 aeroportos possa ocorrer em dezembro, sem "escorregar" para 2019.

As afirmações são do secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Adalberto Vasconcelos, que estabelece como objetivo o encaminhamento - publicação de edital ou realização do certame - de 51 projetos até o fim deste ano.

Ele espera avanços importantes na área de ferrovias em agosto. No dia 1º, segundo Vasconcelos, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deverá abrir audiência pública sobre a renovação antecipada das duas concessões da Vale: a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM). Em troca das prorrogações, o governo exigirá a construção de um trecho de 383 quilômetros de ferrovia entre os municípios de Água Boa (MT) e Campinorte (GO), com um orçamento estimado em torno de R\$ 4 bilhões.

A audiência pública tem duração prevista de 45 dias. Servirá, diz Vasconcelos, para demonstrar detalhadamente os cálculos que baseiam o processo de renovação das concessões e para rebater as críticas de que o governo tem subestimado as contrapartidas exigidas. Uma observação, em especial, recebe resposta do secretário: a do economista Bernardo Figueiredo, idealizador do primeiro plano de concessões da ex-presidente Dilma Rousseff, que criticou a atual gestão em entrevista publicada no **Valor**.

Para Figueiredo, o governo negocia mal com as concessionárias e poderia arrancar compromissos muito mais ambiciosos de obras. Vasconcelos devolve: "Tudo o que ele fala merece nossa reflexão. É um especialista da área e isso será internalizado. Mas o momento para reflexão é a audiência pública. Os cálculos serão totalmente abertos e ficarão transparentes para a sociedade. Vamos aprimorar o processo e o TCU fará o acompanhamento. Tudo será devidamente corroborado - ou não - pelo controle externo".

De acordo com o secretário, ainda na primeira quinzena de agosto, a ANTT mandará ao tribunal de contas sua proposta final para a prorrogação do contrato da Malha Paulista pela Rumo. O aval da corte é o último passo antes da assinatura do contrato, que destravaria investimentos da ordem de R\$ 6 bilhões, permitindo dobrar a capacidade de transporte de carga pela rede que atravessa São Paulo.

Vasconcelos prevê a conclusão dos processos da Rumo Malha Paulista, da EFC e da Vitória-Minas até o fim deste ano. Ficariam provavelmente para mais adiante, a depender do próximo governo, as renovações da MRS Logística e da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA).

Quanto à Norte-Sul, que deve ser leiloada no quarto trimestre, as mudanças determinadas pela TCU são vistas com tranquilidade. "Todas as recomendações da área técnica do tribunal serão acatadas *ipsis literis*", promete o secretário, incluindo a assinatura de termos aditivos com as atuais concessionárias para garantir o direito de passagem e o acesso aos portos dos trens provenientes da Norte-Sul nas demais malhas.

Uma das principais entregas do programa de concessões nesta reta final de mandato do presidente Michel Temer deve ser o leilão de 13 aeroportos. Eles foram divididos em três blocos regionais e é necessário fazer uma corrida contra o relógio para evitar que a disputa seja realizada somente no próximo ano. Na segunda-feira, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) enviou ao TCU sua proposta de versão definitiva do edital, após sugestões recebidas em consulta pública.

Para acelerar os procedimentos e garantir a licitação em dezembro, o governo se dispõe a encurtar o intervalo entre a publicação do edital e a realização da disputa. Uma das promessas de Temer para garantir mais concorrência nos leilões era dar um prazo de 100 dias entre uma coisa e outra. Assim, investidores teriam mais tempo para fazer seus estudos e preparar seus lances.

Desta vez, cogita-se um intervalo em torno de 70 dias entre o lançamento do edital e o leilão dos aeroportos. "Já existe um diálogo prévio [com os investidores], a dinâmica é outra, o ambiente mudou", justifica Vasconcelos. "Não é uma flexibilização com o mero objetivo de antecipar. A preferência dos investidores é ter o leilão ainda neste ano."

A equipe do PPI fez reunião com 12 grupos - entre eles estava a suíça Zurich, a espanhola Aena, as francesas Vinci e ADP, a alemã Fraport e a argentina Corporación América - e vê interesse firme nos três blocos oferecidos: Nordeste (Recife e outros cinco terminais), Mato Grosso (liderado por Cuiabá) e Sudeste (Vitória e Macaé).

Os leilões de duas rodovias, cinco terminais portuários e dez lotes de linhas de transmissão também estão entre as entregas daqui até o fim do ano. Para Vasconcelos, isso mostra que o PPI deu certo como um órgão central de governança das concessões e privatizações, que faz a ponte entre vários atores: ministérios setoriais, agências setoriais e instituições financeiras - uma função que vai muito além, por exemplo, à do BNDES. Também atua como principal "balcão" de diálogo com o mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo****Título: Usinas vão reajustar aço em até 12,5%**

As fabricantes de aço do Brasil, principalmente as usinas de chapas laminadas, inauguram nesta sexta-feira (27) nova leva de reajustes nos preços de seus produtos. Seus principais clientes - dos mercados de distribuição, construção civil, industrial e automotivo - já foram comunicados das novas tabelas.

O principal objetivo das empresas é a recomposição de margens, após bom tempo de perda de rentabilidade em seus balanços. A notícia do **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, impulsionou as ações das siderúrgicas brasileiras na abertura do pregão da B3 ontem: a CSN chegou a subir 8,55%, fechando o dia em 6,35%. Gerdau PN teve alta de 3,8% e terminou com 2,94%. Usiminas, depois de atingir 5,44%, recuou para 2,27%.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) abre a temporada com aumento de 12,25% para bobinas a quente e a frio e 10,75% para o material galvanizado (zincado). No início do mês, a empresa reajustou as folhas metálicas (usadas na fabricação de embalagens) em 9,75%. Foi o primeiro do ano, disse um cliente.

Segundo uma fonte do setor, a siderúrgica começa também a discutir com montadoras de automóveis um reequilíbrio de preços, alegando impacto do câmbio em sua planilha de custos. Tradicionalmente, as negociações com as fabricantes de veículos são fechadas no início do ano. Em janeiro, a alta foi de 18% a 23%.

Em junho, a CSN já havia repassado aumento de 11,75% para as chapas a quente e a frio e 8,25% para as zincadas. A Usiminas havia elevado seus produtos - mesmo mix de CSN, com exceção de folha metálica - ao redor de 12%.

O **Valor** apurou que a ArcelorMittal vai reajustar bobinas a quente e a frio em 12,5% a partir de 1º de agosto e aço revestido (galvanizado) em mais de 9%. A Gerdau vai aplicar 12% para o laminado a quente no início de agosto. A Usiminas deve divulgar sua nova tabela de preços, acompanhando as concorrentes, mas ainda não definiu quando entra em vigor.

No ano, com esses reajustes, o aumento de preço das siderúrgicas, já somam cerca de 30%. É a terceira vez que as siderúrgicas alinham os valores do aço e isso se tornou mais premente com a valorização do dólar frente ao real.

Já nos aços longos - voltados principalmente para construção civil e obras de infraestrutura -, a CSN aplicou em junho aumento de 12% nos vergalhões fabricados em Volta Redonda. E anunciou mais 6% neste mês. ArcelorMittal, Gerdau e Simec seguem trajetória parecida, uma vez que atuam nos mesmos mercados e tem custos de produção similares.

As justificativas das empresas para elevar seus preços, conforme uma fonte disse ao **Valor**, vão desde a manutenção de alta dos preços do aço no exterior, o que faz com que os prêmios de internação de material importado fiquem zerados ou até negativos, até a variação do câmbio e o forte aumento do carvão e coque metalúrgicos, importantes matérias-primas depois do minério de ferro. Do primeiro para o segundo trimestre, o carvão passou de US\$ 210 a tonelada para US\$ 250, enquanto o coque saltou de US\$ 280 para US\$ 370. Os preços maiores dos fretes, após greve dos caminhoneiros em maio, também contribuíram.

Tudo isso pesou nas contas das fabricantes de aço, observou uma fonte. Quando o dólar foi a R\$ 3,90, explicou, o prêmio do aço nacional em relação ao importado chegou a ficar entre 12% e 14% negativo, dependendo do produto. Ou seja, comprava-se aço fabricado no Brasil bem mais em conta.

Na China, o preço da bobina a quente, referência do mercado internacional, está entre US\$ 590 a US\$ 600 a tonelada (R\$ 2.250,00). Nos Estados Unidos, a mesma tonelada do produto é vendida a US\$ 1.015. Em dezembro, valia US\$ 700 - alta de 45%. Expressiva parte desse aumento é fruto da sobretaxa de 25% da política do presidente Donald Trump sobre o aço importado, anunciada em março.

Procuradas, as siderúrgicas informaram que não comentam relações comerciais com clientes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Furnas suspensa de leilões

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) suspendeu Furnas de participar de leilões de geração e transmissão de energia por um ano, devido a atrasos na construção de vários parques eólicos. Também revogou os contratos dos projetos e multou a estatal.

Preço de resinas sobe

Os preços do polietileno, uma das principais resinas termoplásticas, vão subir em 1º de agosto. Braskem e Dow Chemical estão aumentando em R\$ 500 a tonelada de uma série de tipos da resina comercializados no país, segundo fontes. O reajuste da Dow foi informado via correspondência a clientes à qual o Valor teve acesso. A Braskem informou aumento da mesma ordem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e Rio

Título: Cemig avalia 'plano B' para venda da Light

Enfrentando desafios para conseguir vender sua participação na Light, a estatal mineira Cemig avalia um "plano B" para pagar a opção de venda exercida contra ela e que será liquidada em novembro deste ano. A prioridade continua sendo a venda do controle da distribuidora fluminense, mas, como as propostas recebidas até o momento não foram consideradas atrativas, a Cemig trabalha com uma alternativa para pagar a "put" e evitar a estatização da Light.

Segundo uma fonte, a Cemig precisa de cerca de R\$ 600 milhões para pagar a opção. Há R\$ 100 milhões depositados em conta garantia, que restaram dos recursos obtidos com a venda do excedente do controle da transmissora Taesa. A ideia é contar com a venda da Cemig Telecom para financiar o que faltar.

O preço mínimo estabelecido para os ativos da Cemig Telecom, que serão leiloados em 8 de agosto, é de R\$ 367 milhões. Como há muitos proponentes interessados na companhia, a expectativa da estatal mineira é de que a operação tenha prêmio em relação ao valor mínimo. De acordo com a Cemig, há 17 investidores interessados.

Estatual conta com venda de subsidiária do ramo de telecomunicações para pagar 'put' da Light e evitar estatização

O **Valor** apurou que, entre eles, estão as principais operadoras de telefonia do Brasil, empresas de torres de telefonia móvel, fundos de investimento, e empresas estrangeiras, como a indiana Sterlite Power Grid.

Mesmo com o equacionamento do problema referente à opção, a Cemig ainda precisará evitar a estatização da Light. Com a liquidação da "put", sua participação sairá de 43% para 52% da elétrica fluminense, o que pode causar a

aceleração do vencimento de dívidas por causa de cláusulas restritivas dos contratos ("covenants", no jargão financeiro).

"Para não estatizar, a Cemig pode vender 3% da Light no mercado. É simples", disse uma fonte, destacando, porém, que essa não é a prioridade da estatal mineira. "É importante ter mais de uma opção para evitar vender a Light a um preço muito baixo", completou.

Enquanto isso, a Cemig segue tentando vender a Light, em um negócio de mais de R\$ 1,5 bilhão em valor de mercado. O **Valor** apurou que, apesar de ter demonstrado interesse no ativo, a gestora GP Investments ainda não tem uma proposta formulada. A ideia é trazer outros fundos que possam ajudar a financiar a aquisição, compondo um bloco de controle. "A GP quer ter uma influência relevante na empresa", disse a fonte.

Além da GP e da italiana Enel, a Neoenergia também tem interesse na Light, apesar de considerar a distribuidora "complexa". "Se vamos participar do processo depende do interesse dos acionistas da Light [Cemig]. Tem horas que eles querem vender, tem horas que não", disse ontem o diretor de Finanças e Relações com Investidores da Neoenergia, Sandro Marcondes, em reunião da Apimec.

A Cemig quer evitar ser pressionada para vender a Light ou outros ativos por qualquer preço. Além da venda dos ativos da Cemig Telecom neste ano, a estatal mineira também minimizou seus problemas financeiros por meio da captação de US\$ 500 milhões com a reabertura dos eurobonds emitidos originalmente em dezembro do ano passado. A operação teve custos menores do que os registrados na emissão ano passado.

Segundo uma fonte, com isso, a Cemig equacionou suas necessidades financeiras até a primeira metade de 2019, e já avalia pré-pagar dívidas que vencem depois disso.

Um possível problema envolve a situação da Renova Energia, controlada pela Cemig e pela Light. Além da sua dívida líquida de R\$ 1,3 bilhão, com baixíssima geração de caixa, a empresa de energia renovável precisa de recursos para concluir as obras do complexo eólico Alto Sertão III, que se encontram atrasadas.

O **Valor** apurou que ainda precisam ser investidos de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões para que o projeto seja concluído. Há ainda R\$ 200 milhões em dívidas com fornecedores que precisam ser quitadas. Com a dívida atual e os problemas resultantes do atraso nas obras, como a exposição ao mercado de curto prazo de energia, esses custos podem inviabilizar o retorno do projeto.

A expectativa da Cemig e da Light é conseguir vender o projeto, melhorando sua situação financeira. Segundo a Renova, há "vários investidores" avaliando o ativo. Um deles seria a Aliança Energia, formada por Cemig e Vale.

Ainda restará, no entanto, uma dívida de cerca de R\$ 450 milhões que a holding tem, além de cerca de R\$ 700 milhões devidos à própria Cemig por adiantamentos em compras de energia.

O temor das empresas é que uma eventual recuperação judicial da Renova contamine a imagem de Cemig e Light com os principais bancos do país, que são seus credores. Como as duas elétricas são muito alavancadas e precisam contar com o mercado de dívida para rolagens e renegociações, um calote da Renova seria muito ruim.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Neoenergia ainda estuda se participa de leilão da Cepisa

O grupo Neoenergia, controlado pela espanhola Iberdrola, ainda avalia se participará do leilão da Cepisa, distribuidora da Eletrobras no Piauí, marcado para esta quinta-feira, na bolsa B3. A companhia, porém, não confirma se apresentou na segunda-feira os documentos relativos ao leilão, alegando sigilo por questões estratégicas.

"Estamos avaliando ainda este processo [leilão da Cepisa]. As contingências lá são elevadas, isso está bem projetado, mas existem também projeções de crescimento. Aquela concessão exige um nível de investimento bastante elevado, que no futuro se transformará em base regulatória e, depois, em um aumento tarifário", disse ontem o diretor de Finanças e Relações com Investidores da Neoenergia, Sandro Marcondes, após participar de reunião da Apimec, no Rio. "Esses estudos estão sendo feitos. Em função disso, a decisão de participar está em análise", completou.

A posição é a mesma para as outras cinco distribuidoras que a Eletrobras pretende privatizar - Ceal (AL), Ceron (RO), Amazonas Energia (AM), Eletroacre (AC) e Boa Vista Energia (RR).

Segundo Marcondes, o grupo também olha o conjunto de participações em 70 sociedades de propósito específico (SPEs) colocadas à venda pela Eletrobras e cujo leilão deve ser realizado este ano.

Na área de greenfield (projeto a partir do zero), a Neoenergia planeja participar com projetos eólicos e hidrelétricos do próximo leilão de energia nova, do tipo "A-6", que contratará energia de novos empreendimentos previstos para iniciar o fornecimento em 2024, marcado para 31 de agosto.

Questionado sobre o IPO (sigla em inglês para oferta pública inicial de ações), Marcondes disse que a empresa está pronta para realizar o processo, caso os acionistas da companhia - Iberdrola (52,45%), Previ (38,21%) e BB Investimentos (9,34%) - decidam pela operação. Segundo ele, o grupo não tem necessidade de capitalização, mas a intenção dos acionistas de vender uma participação na elétrica permanece.

No ano passado, a Neoenergia iniciou processo para realizar um IPO, a operação, contudo, não foi consolidada porque os acionistas entenderam que o mercado havia precificado os papéis por um valor inferior ao que eles julgaram ser adequado.

Segundo Marcondes, hoje a Neoenergia já tem estrutura de capital para implementar o seu plano de negócios, que prevê investimentos de R\$ 25 bilhões entre 2018 e 2022. Desse total, cerca de 85% serão destinados ao negócio de redes (distribuição e transmissão de energia).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem aposta em startups e se torna um "cliente-anjo"

Originalmente, a proposta da Braskem de apoiar soluções sustentáveis por meio da química e do plástico por meio de uma plataforma própria de aceleração de startups não tinha viés comercial. Mas o Braskem Labs, lançado em 2015, atraiu centenas de interessados, ganhou novos contornos e acabou alçando a petroquímica ao papel de "cliente-anjo", que ao contratar um serviço ou produto acaba por financiar indiretamente um projeto inovador.

No momento, dez projetos pilotos estão sendo testados em unidades industriais ou na área administrativa da companhia. E esses empreendedores poderão se tornar fornecedores da maior fabricante de resinas plásticas das Américas. A primeira rodada do chamado Braskem Labs Challenges, desdobramento do programa original de aceleração de startups, teve 130 inscritos e os dez pilotos foram escolhidos em um universo de 24 pré-selecionados. A segunda rodada já foi lançada e propõe diferentes desafios em oito áreas relacionadas ao negócio da companhia.

Segundo o gerente de desenvolvimento sustentável e líder do Braskem Labs, Luiz Gustavo Ortega, a intenção original do programa, gestado na área de responsabilidade social, não era gerar oportunidades comerciais com a Braskem e, sim, contribuir para a redução da taxa de mortalidade de startups. Mas isso mostrou-se uma consequência natural e acabou levando a plataforma a ganhar um programa específico para soluções a desafios internos da companhia.

O programa original, o Braskem Labs Scale, era e ainda é voltado a empreendedores mais maduros e com soluções já disponíveis no mercado. Em 2015, recebeu 159 inscrições e 19 foram selecionados. No ano seguinte, foram 190 projetos inscritos e 12 selecionados, entre os quais projetos que apresentaram soluções para combater o mosquito *Aedes aegypti*.

Em 2017, também houve 190 inscritos e 10 selecionados - considerando-se somente essa edição, 60% das empresas receberam investimento ou estão em conversas avançadas com investidores, conforme a Braskem. Participante da edição do ano passado, a Altave, que desenvolveu os balões usados para monitoramento e a segurança do Rio de Janeiro durante os Jogos Olímpicos, recebeu aporte de R\$ 16 milhões.

Outras quatro startups - Piippee, Boomera, Nanovetores e Wise Waste - estabeleceram parcerias entre si e desenvolvem produtos conjuntamente. Boomera e Nanovetores desenvolveram um produto com aplicação de nanotecnologia em polímeros reciclados. Piippee e Wise Waste buscam solução para criar um produto final com material reciclado. A Braskem já utiliza uma solução da Piippee que reduz em até 75% o uso de água em vasos sanitários.

As inscrições para a edição deste ano foram encerradas em março. Nesse programa, explica Ortega, a petroquímica acompanha a startup por quase cinco meses, que culminam em um dia de demonstração ("demo day") para investidores e outras aceleradoras. "Conseguimos abrir as portas para certas startups", ressalta.

Em parceria com a Ace, aceleradora de startups reconhecida como uma das melhores na América Latina, o programa oferece capacitação aos empreendedores, com apoio a elaboração do modelo de negócios e intermediação com investidores em potencial.

Há um terceiro programa, o Braskem Labs Ignition, cuja proposta é acelerar startups em fase de validação de seu modelo de negócio ou de crescimento. Nas próximas semanas, a plataforma deve ganhar mais um desdobramento, diz Ortega. Ainda sem nome, o novo programa, de intraempreendedorismo, será direcionado a colaboradores da própria Braskem que quiserem propor novos projetos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Francisco Góes | Do Rio**Título:** Em caso envolvendo Vale, Elétron tem decisão favorável

A Elétron, veículo de participação do Opportunity na Vale, obteve ontem nova decisão favorável no processo judicial que move contra Bradespar e Litel, sócios da mineradora. A discussão envolve uma indenização avaliada em R\$ 4 bilhões em favor da Elétron.

O **Valor** apurou que a decisão determina que a Bradespar, empresa de participações do Bradesco, e a Litel, veículo dos fundos de pensão estatais na mineradora, paguem os R\$ 4 bilhões à Elétron. O TJ-RJ confirmou que o processo em questão foi concluído ontem, mas não deu nenhum detalhe pelo fato de a tramitação correr em "segredo de justiça".

O advogado Sergio Bermudes, que representa a Bradespar no caso, disse que a decisão da 5ª Vara Empresarial do TJ-RJ não é definitiva e que ainda cabem recursos. "As duas partes (Bradespar e Litel) estão examinando as medidas a tomar", disse Bermudes. Bradespar e Litel teriam até 15 dias para fazer o pagamento, informou o colunista Lauro Jardim, de "O Globo".

Uma fonte afirmou que além do recurso ao TJ-RJ contra a decisão favorável à Elétron, haverá novos recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), se necessário. A briga da Elétron com Bradespar e Litel se arrasta há mais de dez anos.

Em maio, a 5ª Vara Empresarial homologou um laudo pericial que fixa em R\$ 4 bilhões à indenização à Elétron pelo fato de a companhia não ter conseguido exercer uma opção de compra de 37,5 milhões de ações da extinta Valepar, a antiga controladora da Vale. Bradespar e Litel questionam os valores considerados no laudo pericial.

Como já noticiado pelo **Valor**, os fundos de pensão estão dispostos a cobrar da Bradespar se perderem todos os recursos e forem mesmo obrigados a pagar os valores à Elétron. Em nota, a Bradespar informou que irá tomar "as medidas judiciais cabíveis em relação à intimação da Justiça do Rio para o pagamento do valor homologado pela 5ª Vara Empresarial".

"A companhia entende que há uma série de incorreções no laudo pericial que apurou os valores referentes ao processo por perdas e danos movido pela Elétron contra Bradespar e Litel. A homologação, inclusive, é objeto de recurso judicial que ainda depende de julgamento", disse a Bradespar na nota.

Procurado, o Opportunity não falou sobre a decisão judicial, mas afirmou que, em 2007, instaurou processo arbitral para fazer valer direitos adquiridos à época da privatização da Vale, em 1997. "O direito do Opportunity foi reconhecido pelo Tribunal Arbitral. Mais tarde, as contrapartes não quiseram dar cumprimento à decisão arbitral e ingressaram em juízo", disse o Opportunity.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Silvia Rosa | De São Paulo

Título: Petrobras emite menos e derruba captações na AL

Com um volume menor de emissões da Petrobras no primeiro semestre, as oferta de bônus de emissores com grau especulativo ("high yield") na América Latina totalizou US\$ 6,9 bilhões, o menor nível desde 2011.

Segundo a Moody's, o volume captado por 12 emissores no primeiro semestre deste ano ficou abaixo dos US\$ 13,4 bilhões registrados no mesmo período do ano passado, quando 13 emissores acessaram o mercado de dívida.

A Moody's espera que o volume de emissões dessa categoria permaneça fraco até a conclusão do calendário de eleições presidenciais na região. "Nossa perspectiva para o segundo semestre é de que o volume de emissões permaneça no ritmo mais lento pelo menos até o fim da eleição, podendo ter eventual retomada no quarto trimestre e dependendo desse resultado", diz Carolina Chimenti, vice-presidente assistente da Moody's.

A queda no volume de emissão no primeiro semestre reflete o ambiente de maior incerteza no cenário global com o aumento da taxa básica de juros nos Estados Unidos, questões comerciais globais e específicas de alguns países que reduziram o apetite dos investidores por papéis "high yield" da América Latina no segundo trimestre de 2018.

Além disso, grandes emissores como a Petrobras reduziram o volume de captações. Responsável por 50% da dívida do Brasil em mercado, a Petrobras emitiu apenas US\$ 2 bilhões em bônus no mercado no primeiro semestre, contra US\$ 8 bilhões no mesmo período do ano passado. A estatal acabou reduzindo os papéis em mercado com as operações de recompra de bônus no período. "A Petrobras já fez muito refinanciamento da dívida e hoje tem uma necessidade menor de acessar o mercado", diz Carolina.

A melhora do perfil de crédito dos emissores permitiu uma queda do custo das novas ofertas. A taxa média do cupom pago pelas novas emissões na região no primeiro semestre caiu para 6,1% de 6,5% registrada no fim de 2017.

O prazo das emissões, contudo, diminuiu. No primeiro semestre, mais de 50% das ofertas saíram com prazo de vencimento de até sete anos, contra 26% em 2017. O estudo da Moody's exclui os bônus perpétuos e com taxas variáveis.

Embora as necessidades de refinanciamento no segundo semestre de 2018 sejam reduzidas, a qualidade de crédito dos vencimentos que estão por vir é fraca - 48% do montante de US\$ 1,8 bilhão de bônus high-yield latino-americanos que vencem até o final do ano têm rating "Caa1" ou inferior. "Quando a qualidade de crédito é baixa, a chance de 'default' é maior", diz Carolina. No entanto, a qualidade dos créditos que estão vencendo em 2019 já é melhor - só 19% do volume de US\$ 4,5 bilhões que vence até o fim do ano que vem tem rating "Caa1" ou abaixo.

A taxa de inadimplência de 12 meses da região também caiu para 0,5% em junho de 2018 do total de volume de dívida, ante 2,1% de um ano antes. "Esperamos que permaneça abaixo de 1% até junho de 2019", aponta a Moody's.

No segundo trimestre, duas companhias de construção pesada da região - Andrade Gutierrez e Odebrecht Engenharia e Construção - deixaram de pagar os bônus que venceram. A Odebrecht conseguiu quitar a dívida equivalente a R\$ 500 milhões dentro do período de cura e evitou entrar em "default". Já a Andrade ainda negocia com os credores do bônus de US\$ 345 milhões, que está em "default".

Em relação ao crédito soberano, a Moody's mudou a perspectiva da nota de crédito do Brasil de negativa para estável, que continua em "Ba2". A estabilização da perspectiva do rating soberano na região ajudou na perspectiva das notas corporativas. No fim do segundo trimestre, 82% desses emissores tinham perspectiva estável.

O universo de pesquisa abrangeu 106 emissores "high yield" na região com US\$ 128 bilhões de papéis no mercado de dívida.

MME / ASCOM .